



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, BEM COMO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º do Ato nº 18, de 12 de janeiro de 2017 (Regimento Interno do TCM-PA), por intermédio desta Resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis; e,

Considerando as necessidades da vinculação de objetivos, iniciativas, indicadores e metas de TI às estratégias de negócio, como apontado no Plano Estratégico 2015-2030 do TCM-PA;

Considerando a importância de se estabelecer objetivos, princípios e diretrizes de governança de TI alinhados às recomendações constantes da norma NBR ISO/IEC 38500:2009, que trata da governança corporativa de tecnologia da informação e às boas práticas do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit) e de outros modelos de governança e gestão de TI reconhecidos internacionalmente.

Considerando, ainda, a necessidade de conferir maior organicidade, celeridade e transparência às decisões e à alocação dos recursos e investimentos, em Tecnologia da Informação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

Considerando, por fim, as recomendações constantes dos itens 7.1 e 7.2, do Relatório de Desempenho do MMD-TC QATC do TCM-PA, de dezembro de 2016, a respeito da Gestão de Tecnologia da Informação e Políticas de Tecnologia da Informação,

RESOLVE:

Aprovar a presente Resolução Administrativa, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, bem como sobre o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e dá outras providências, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (**PGov-TCMPA**) observará os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Resolução, bem como as disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes.

§ 1º. As normas gerais e específicas de governança de TI, emanadas no âmbito do TCMPA, são consideradas parte integrante da política a que se refere esta Resolução.

§ 2º. As políticas e normas do Tribunal que tratam da segurança da informação e do processo de planejamento de TI integram-se e harmonizam-se com as disposições desta Resolução.

CAPÍTULO II
DEFINIÇÕES TÉCNICAS

Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

I - Tecnologia da Informação (TI): ativo estratégico que suporta processos de negócio institucionais, por meio da conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, fazer uso e disseminar informações;

II - Governança de TI: conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso da TI mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais;

III - Solução de TI: conjunto formado por elementos de tecnologia da informação e processos de trabalho que se integram para produzir resultados que atendam às necessidades do TCM-PA;

IV - Unidade Gestora de solução de TI (unidade gestora): unidade organizacional do TCM-PA responsável pela definição de processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis a uma solução de TI;

V - Provimento de Solução: ações necessárias para implantar a solução de TI, assegurar seu funcionamento e dar suporte adequado aos usuários, de modo a atender às necessidades do negócio; e

VI - Acordo de Nível de Serviço: acordo entre a unidade responsável pelo provimento e a unidade gestora, no qual se estabelecem metas de qualidade e de desempenho para a solução de TI, considerando-se as necessidades do negócio, o impacto das soluções para o Tribunal, o custo e a capacidade de alocação de recursos para o provimento da solução.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso III deste artigo, as soluções de TI são classificadas, segundo a sua natureza, em:



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

I - Corporativas: quando provocarem impacto significativo sobre os resultados e o funcionamento dos serviços do TCM-PA; ou

II - Departamentais: quando destinadas ao atendimento de necessidades de uma unidade ou de um conjunto reduzido de unidades, sem impacto significativo sobre os resultados e o funcionamento do TCM-PA.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Art. 3º. A PGov-TCMPA tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio do Tribunal, observados os seguintes objetivos específicos:

I - contribuir para a sustentabilidade; o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais, na execução do Controle Externo em benefício da sociedade;

II - prover mecanismos de transparência e controle da governança e da gestão de TI;

III - estabelecer diretrizes para o planejamento e a organização da TI, bem como para atividades relacionadas ao provimento, à gestão e ao uso de soluções de TI; e

IV - definir papéis e responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI.

Art. 4º. A governança, a gestão e o uso de TI, no âmbito do TCM-PA orientam-se, no que couber, pelas boas práticas preconizadas por normas e modelos adotados como referência pelo Tribunal no exercício do controle externo relativo ao tema, e pelos seguintes princípios:

I - definição formal de autoridade e responsabilidade por decisões e ações;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

- II - alinhamento dos planos e ações de TI às estratégias de negócio e às necessidades do Tribunal;
- III - otimização dos processos de trabalho e do uso de recursos de TI do Tribunal;
- IV - formalização de diretrizes, processos de trabalho e procedimentos de TI;
- V - identificação e gestão de riscos organizacionais de tecnologia;
- VI - produção, disseminação e preservação de conhecimentos referentes a processos de trabalho e regras de negócio associados a soluções de TI;
- VII - conformidade com disposições legais e normas internas do Tribunal; e
- VIII - monitoração e avaliação regular, pela alta direção, do alcance das metas definidas nos planos de TI e da conformidade e desempenho dos processos que suportam a política de governança de TI.

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO E DIRETRIZES DE ATUAÇÃO TÉCNICA

Art. 5º. O planejamento e a organização da TI observarão as seguintes diretrizes:

- I - integração entre as áreas de negócio e de TI por meio de diálogo permanente e adoção de linguagem comum;
- II - compreensão do negócio e dos processos de trabalho do Tribunal, com o objetivo de identificar oportunidades que possam ser alavancadas pelo uso da TI;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

III - coordenação centralizada das iniciativas para atendimento às necessidades de negócio do Tribunal, relacionadas à TI;

IV - inclusão, nos planos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal, de objetivos institucionais específicos para TI, alinhados às estratégias de negócio;

V - elaboração de planos de TI que contemplem objetivos de médio e de longo prazo, bem como prioridades e iniciativas de curto prazo, de forma alinhada aos planos e às prioridades institucionais;

VI - elaboração de indicadores e fixação de metas para avaliação do alcance dos objetivos estabelecidos, em função dos benefícios esperados para o negócio do Tribunal;

VII - desenvolvimento continuado de competências multidisciplinares, técnicas e gerenciais, necessárias ao exercício pleno de todas as atribuições dos servidores da área de TI, com incentivo à obtenção das certificações profissionais correspondentes, de acordo com as necessidades evidenciadas pelos planos e prioridades institucionais;

VIII - participação de outras unidades organizacionais na elaboração dos planos de TI;

IX - transparência na execução dos planos de TI;

X - formulação de propostas de provimento de soluções de TI adequadas às necessidades de negócio e compatíveis com a capacidade de alocação de recursos;

XI - alocação prioritária de recursos para provimento de soluções de TI que sejam estratégicas ao negócio do Tribunal;

Art. 6º. Para os fins do disposto nesta Resolução, o provimento de soluções de TI compreende as seguintes modalidades:



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

I - Desenvolvimento: construção de soluções, com recursos próprios ou de terceiros, para atender a necessidades específicas do Tribunal;

II - Aquisição: adoção de soluções construídas externamente ao Tribunal, por meio de contratação, recebimento de outros órgãos e entidades ou utilização de software livre; e

III - Manutenção: alteração de solução existente para correção de erros, melhoria de qualidade, incorporação de novas funcionalidades, mudança nas regras de negócio ou adaptação a novas tecnologias.

Parágrafo único. Qualquer que seja a modalidade adotada, a abordagem de provimento de soluções de TI classifica-se, segundo a responsabilidade das unidades envolvidas, em:

I - Centralizada: quando o desenvolvimento, a aquisição ou a manutenção da solução é realizada pela Diretoria Tecnologia da Informação (DTI); ou

II - Descentralizada: quando o desenvolvimento, a aquisição ou a manutenção da solução é realizada por outra unidade do Tribunal, sob orientação da DTI, visando atendimento de necessidade própria a esta unidade.

Art. 7º. O provimento de soluções de TI observará as seguintes diretrizes:

I - concepção de soluções com foco na otimização dos processos de trabalho do Tribunal, na integração de soluções e na reutilização de dados e componentes;

II - consideração, quando da concepção de soluções de TI a serem desenvolvidas ou adquiridas, de requisitos não funcionais relevantes, em especial dos requisitos de segurança da informação e dos requisitos relativos à disponibilidade, ao desempenho e à usabilidade da solução;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

III - adoção de arquitetura e padrões tecnológicos que satisfaçam aos critérios técnicos, definidos pela DTI, e que se baseiem, preferencialmente, em padrões de mercado e visem interoperabilidade com outros sistemas do TCM-PA ou de terceiros;

IV - preservação dos direitos de propriedade intelectual do Tribunal sobre códigos, documentos e outros elementos integrantes de soluções que sejam desenvolvidas especificamente para a instituição, com recursos próprios ou de terceiros;

V - realização, previamente à implantação das soluções de TI, dos testes necessários para assegurar o correto funcionamento e a aderência das soluções às regras de negócio e aos requisitos especificados;

VI - definição, mensuração e revisão periódica de acordos de níveis de serviço;

VII - planejamento e gestão do ambiente de TI e dos processos operacionais que o suportam com foco no cumprimento dos níveis de serviço acordados para as soluções de TI;

VIII - definição formal dos processos de trabalho relacionados às atividades necessárias ao provimento de soluções de TI em qualquer das modalidades previstas no art. 6º;

IX - adoção da modalidade de provimento que se revelar justificadamente mais adequada à realização das estratégias e ao alcance dos objetivos institucionais, com base em critérios definidos nos planos estratégicos de TI ou em normas internas;

X - adoção preferencial da abordagem centralizada para provimento de soluções de natureza corporativa; e



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

XI - adoção preferencial de abordagem descentralizada para provimento de soluções de natureza departamental.

Art. 8º. O provimento de solução de TI por meio de aquisição observará, ainda, as seguintes diretrizes:

I - planejamento da contratação com vistas à aquisição, sempre que justificável, de soluções completas, contemplando itens como implementação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários ao alcance dos objetivos definidos;

II - integração e alinhamento, das contratações de TI, aos planos e prioridades institucionais, considerando a alocação orçamentária necessária à realização das iniciativas planejadas e ao custeio dos contratos vigentes de serviços de natureza continuada; e

III - estabelecimento, sempre que possível, nos contratos com fornecedores, de previsão de pagamentos em função de resultados verificáveis e baseados em níveis mínimos de serviço.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

Art. 9. O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, com responsabilidades de cunho estratégico e executivo, ao qual compete, para efeito do disposto nesta Resolução:

I - coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;

II - coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

III - aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;

IV - analisar, manifestar-se a respeito e priorizar as demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;

V - decidir sobre a classificação de soluções de TI quanto aos critérios estabelecidos no parágrafo único do art. 2º desta Resolução, nos casos em que houver dúvida entre as partes envolvidas;

VI - submeter periodicamente à DTI e a Presidência, propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI no Tribunal, em especial sobre:

- a) a execução dos planos e das ações corporativas relativos a TI;
- b) a evolução dos indicadores de desempenho de TI;
- c) o tratamento de riscos relacionados a TI;
- d) a capacidade e a disponibilidade de recursos de TI;
- e) resultados de auditorias de TI a que se submeterem as unidades do Tribunal;

VII - promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso anterior; e

Parágrafo único. Ato da Presidência estabelecerá a composição e o funcionamento do CGTI.

Art. 10. São membros do CGTI:

I - Conselheiro Presidente ou Conselheiro que ele indicar;

II - Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

III - Titular do Núcleo de Gestão de Processos;

IV - Representante indicado formalmente pelas Controladorias;

V - Titular da Diretoria de Planejamento;

VI - Titular da Secretaria Geral;

VII - Diretor(a) da Escola de Contas Públicas "Conselheiro Irawaldyr Rocha";

VIII - Titular da Diretoria Administrativa.

§1º. O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é coordenado pelo titular da DTI.

§2º. Nas situações de afastamentos e outros impedimentos legais dos integrantes do CGTI, estes serão representados por substitutos indicados para esse fim.

Art. 11. As reuniões do CGTI são convocadas pelo coordenador do Comitê, de ofício, ou a pedido de qualquer dos membros.

§1º. Em função da matéria pautada, o coordenador pode convidar dirigentes e servidores de outras unidades do Tribunal para participar das reuniões.

§2º. Qualquer membro do CGTI pode solicitar a inclusão de matéria em pauta, devendo o pedido ser encaminhado ao coordenador, até o dia anterior à reunião do Comitê.

§3º. As deliberações do CGTI serão tomadas por maioria simples, observado o quórum mínimo de quatro membros, entre eles o representante da área afetada.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

§4º. Para fins de acompanhamento da atuação do CGTI, as pautas e atas das reuniões serão encaminhadas à Presidência e publicadas no Portal do TCM-PA, observada a classificação das informações.

Art. 12. Compete ao coordenador do CGTI:

I - representar e coordenar o Comitê;

II - convocar e coordenar as reuniões;

III - expedir normas específicas de funcionamento do CGTI, desde que previamente aprovadas por seus membros e assinar expedientes em nome do Comitê;

IV - requisitar processos, documentos e quaisquer outros subsídios necessários ao exercício das atividades do Comitê;

V - decidir quanto à classificação das informações produzidas pelo Comitê, com observância das normas internas pertinentes; e

VI - submeter matérias de TI à manifestação da Presidência nas hipóteses previstas em normativo específico.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DTI)

Art. 13. Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, para efeito do disposto nesta Resolução, observadas as respectivas áreas de atuação:

I - acompanhar e orientar a implementação das práticas de governança e gestão de TI, de acordo com as diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Resolução.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

II - auxiliar a CGTI, as unidades gestoras, os gabinetes de autoridades e as demais unidades do TCM-PA na identificação de oportunidades de informatização de processos de trabalho e na formulação de demandas para provimento de novas soluções;

II - realizar o provimento centralizado de soluções de TI e assegurar seu funcionamento em conformidade com os níveis de serviço acordados com as unidades gestoras de soluções;

III - submeter ao CGTI as demandas relativas ao provimento centralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;

IV - analisar e priorizar o atendimento de demandas para manutenção de soluções de TI que não impactem significativamente os planos de TI;

V - definir processos de trabalho, métodos, técnicas, ferramentas, arquitetura e padrões aplicáveis ao provimento de soluções de TI, observado o disposto no art. 6º, e em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução;

VI - oferecer ambiente computacional e suporte adequados ao provimento e ao uso de soluções de TI;

VII - apoiar a Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldyr Rocha (ECP), no planejamento e na execução de ações de desenvolvimento de competências relativas ao provimento, à governança, à gestão e ao uso de TI;

VIII - propor a alocação de recursos orçamentários destinados à tecnologia da informação e planejar e acompanhar, em articulação com as unidades competentes, o uso desses recursos para contratação de bens e serviços de TI de que o Tribunal necessite;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

IX - promover os ajustes necessários a fim de otimizar o uso dos recursos orçamentários destinados à TI, observado o disposto no inciso II do art. 8º; e

X - efetuar mensurações e coleta de dados com vistas a fornecer ao CGTI informações relativas ao provimento, à gestão e ao uso de TI que forem necessárias ao desempenho das atividades do comitê.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES GESTORAS DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Art. 14. Compete às unidades gestoras de soluções de TI, para efeito do disposto nesta Resolução:

I - definir requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis às soluções de TI sob sua responsabilidade, de modo a maximizar os benefícios para o Tribunal e promover a integração com as demais soluções de TI;

II - encaminhar à DTI demandas de manutenção e descontinuidade de soluções de TI sob sua responsabilidade, observados os planos institucionais e as prioridades da unidade; e

III - examinar a aplicabilidade de novas soluções de TI no negócio do Tribunal.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Compete à Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldyr Rocha (ECP), para efeito do disposto nesta Resolução, promover o desenvolvimento continuado de competências necessárias ao provimento, à governança, à gestão e ao uso das soluções de TI, bem como à



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.


observância das diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Resolução.

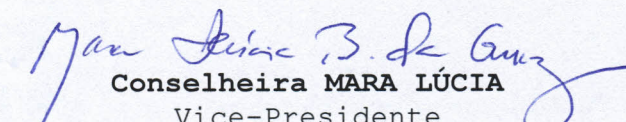
Art. 16. Os casos omissos na aplicação dos dispositivos desta Resolução serão resolvidos pela DTI, após a manifestação do CGTI.

Art. 17. Compete à Presidência do TCM-PA a expedição dos atos necessários à execução desta Resolução, para além de competir o encaminhamento, para deliberação do Tribunal Pleno, dos casos omissos.

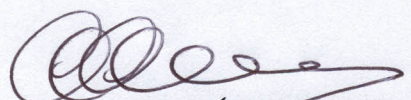
Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de julho de 2017.

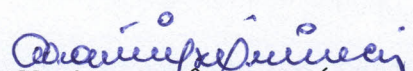

Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Presidente

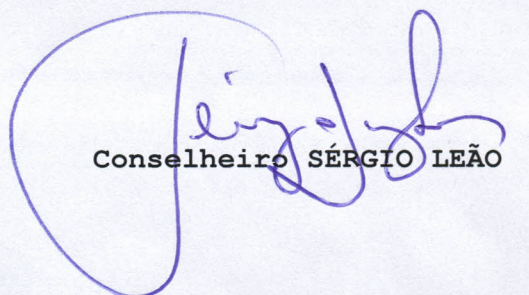

Conselheira MARA LÚCIA
Vice-Presidente

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Corregedor


Conselheiro ALOÍSIO CHAVES
Ouvidor

Conselheiro CEZAR COLARES


Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES


Conselheiro SÉRGIO LEÃO

Publicado no DOE nº 137, de 18.07.2017.